Parlamento Europeu
2019-2024

Comissão do Controlo Orçamental

2023/0813(NLE)

9.11.2023

PROJETO DE RELATÓRIO

sobre a proposta de nomeação de Hans Lindblad para o cargo de membro do Tribunal de Contas
(C9-0379/2023 – 2023/0813(NLE))

Comissão do Controlo Orçamental

Relatora: Angelika Winzig

ÍNDICE

Página

PROPOSTA DE DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 3

ANEXO 1: CURRICULUM VITAE DE HANS LINDBLAD 4

ANEXO 2: RESPOSTAS DE HANS LINDBLAD AO QUESTIONÁRIO 10

PROPOSTA DE DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a proposta de nomeação de Hans Lindblad para o cargo de membro do Tribunal de Contas
(C9-0379/2023 – 2023/0813(NLE))

(Consulta)

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta o artigo 286.º, n.º 2, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nos termos do qual foi consultado pelo Conselho (C9-0379/2023),

– Tendo em conta o artigo 129.º do seu Regimento,

– Tendo em conta o relatório da Comissão do Controlo Orçamental (A9-0000/2023),

A. Considerando que, por carta de 16 de outubro de 2023, o Conselho consultou o Parlamento Europeu sobre a nomeação de Hans Lindblad para as funções de membro do Tribunal de Contas;

B. Considerando que a Comissão do Controlo Orçamental avaliou as qualificações de Hans Lindblad, nomeadamente quanto aos requisitos previstos no artigo 286.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia; que, no âmbito dessa avaliação, a comissão recebeu de Hans Lindblad um *curriculum vitæ*, bem como as respostas ao questionário escrito que lhe havia sido dirigido;

C. Considerando que esta comissão procedeu seguidamente, em 29 de novembro de 2023, a uma audição de Hans Lindblad, durante a qual este proferiu uma declaração introdutória e respondeu seguidamente às perguntas colocadas pelos membros da comissão;

1. Dá parecer favorável/negativo à proposta do Conselho de nomeação de Hans Lindblad para o cargo de membro do Tribunal de Contas;

2. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente decisão ao Conselho e, para conhecimento, ao Tribunal de Contas, bem como às restantes instituições da União Europeia e às instituições de controlo dos Estados-Membros.

ANEXO 1: CURRICULUM VITAE DE HANS LINDBLAD

Curriculum vitae

Formação académica

2010 Doutoramento em Economia, Universidade de Estocolmo
Título da tese: *Essays on Unemployment and Real Exchange Rates [Ensaios sobre desemprego e taxas de câmbio reais]*

1996 Licenciatura, Universidade de Estocolmo
Título da dissertação: *Persistence in Swedish Unemployment Rates [Persistência das taxas de desemprego suecas]*

1986 Bacharelato em Ciências, Universidade de Estocolmo

1981 Bacharelato em Estudos Militares, recruta na Academia Naval de Näsbypark

1979 Diploma de Estudos Secundários, Ciências Naturais, escola mista Saltsjöbadens Samskola

Cargos e funções

Presidente da comissão para a produtividade (Produktivitetskommissionen) (Fi 2023:03)
Comissão oficial de inquérito.

Desde 2022 Membro do conselho de administração da agência sueca de seleção de fundos (Fondtorgsnämnden)
Até à data, o trabalho no conselho de administração tem consistido na criação da nova autoridade.

Desde 2022 Membro do conselho de administração do Banco Nórdico de Investimento (Nordiska Investeringsbanken)
Atividades habituais de gestão numa instituição financeira, atendendo a que a Suécia detém um pouco mais de um terço do capital do banco. O banco centra a sua atividade no financiamento de vários projetos sustentáveis. Cabe ao conselho de administração examinar candidaturas a projetos, assumir a responsabilidade pela conformidade e garantir a correção das contas e o cumprimento dos objetivos do banco, entre outras funções.

Desde 2013 Membro do conselho de administração do SNS, Center for Business and Policy Studies [centro de estudos políticos e empresariais]
O SNS é um dos grupos de reflexão mais conceituados da Suécia. Ser membro do SNS significa também sensibilizar para a sua importância. Deve também ser considerado um cargo honorário.

2023 - 2023 Membro da comissão de investigação da agência de financiamento da administração local da Suécia (Kommuninvest)
Conselheiro do conselho científico da Kommuninvest.

2023 - 2023 Membro suplente do conselho de administração do conselho sueco para a melhoria da legislação (Regelrådet)
O Regelrådet faz a apreciação das avaliações de impacto do governo relativas a várias propostas.

2022 - 2023 Diretor executivo da University West (Högskolan Väst)
Trabalho habitual de gestão, incluindo acompanhamento de objetivos e contas e de documentos estratégicos. A University West é especializada na aprendizagem integrada no trabalho, efetuada em cooperação com o setor público e o setor empresarial.

2015 - 2023 Membro do conselho de administração do instituto do emprego da Suécia (Arbetsförmedlingen)
Nos primeiros anos, o trabalho caracterizou-se por atividades de gestão mais habituais. Foi realizado um trabalho exaustivo com vista a garantir, entre outros aspetos, a conformidade dos

processos, a adequação dos procedimentos de contratação, e uma monitorização eficaz dos objetivos e do desempenho. Nos últimos anos, os esforços concentraram-se na promoção de alterações fundamentais à estrutura, à cultura interna e à organização do instituto. A digitalização e a avaliação do impacto dos investimentos em TI têm sido elementos fundamentais na busca de uma maior eficiência.

2022 Relator: Finansiering av näringslivets gröna omställning [financiamento da transição verde do setor empresarial]
A missão consistiu, entre outros aspetos, em identificar possíveis obstáculos ao financiamento da transição verde por parte do setor empresarial e em sugerir possíveis formas de os evitar. Entre os temas abordados no relatório, figura o papel do sistema de pensões neste contexto.

2013 - 2022 Diretor-Geral do Serviço de Dívida Pública da Suécia (Riksgälden) e chefe do Serviço de Dívida Pública da Suécia (Riksgäldskontoret)
O diretor-geral do Riksgälden é o diretor do Riksgäldskontoret (Riksgälden), que, quando saí, contava com cerca de 230 funcionários. As quatro principais responsabilidades do Riksgälden consistem em funcionar como banco interno do Estado (cerca de 200 milhões de pagamentos por ano, ou seja, aproximadamente 7 000 mil milhões de coroas suecas), conceder garantias e créditos em nome do Estado, gerir a dívida pública e assegurar a estabilidade financeira. Este último objetivo é alcançado, nomeadamente, através da definição de requisitos para o capital e a dívida dos bancos, da responsabilidade pela gestão dos bancos em situação de crise provocada por incumprimento e da gestão da garantia de depósitos. Além disso, o Riksgälden é responsável por garantir o financiamento da gestão e eliminação do combustível irradiado. As operações requerem a utilização intensiva de TI e o departamento de TI é composto por cerca de 60 pessoas. O Riksgälden participa em vários fóruns internacionais, sobretudo relacionados com a conceção de sistemas de pagamento e a estabilidade financeira. Devido ao seu âmbito de ação alargado, mantém relações estreitas com outras autoridades e com a comunidade empresarial.

Enquanto fui diretor-geral, a autoridade sofreu várias mudanças estratégicas e operacionais, em parte devido ao alargamento do seu mandato, em várias direções diferentes, por parte do Governo. As mudanças mais significativas consistiram em transformá-lo na autoridade estatal responsável pela prevenção de crises e, se necessário, pela gestão de bancos em situação de crise, bem como pela gestão da garantia de depósitos. O Riksgälden foi também incumbido de tarefas especiais durante a pandemia de COVID-19, com vista a reduzir os encargos para as empresas e a evitar a perda de postos de trabalho. Em 2018, o Governo transferiu para o Riksgälden a responsabilidade de garantir o financiamento da gestão e eliminação de resíduos nucleares da autoridade sueca para a segurança radiológica (SSM). As mudanças introduzidas nas atividades da autoridade implicaram a atualização e o reforço da sua visão, dos seus objetivos estratégicos, da sua capacidade analítica e das suas prioridades. A designação do Riksgälden como autoridade para as situações de emergência foi outro aspeto importante, que introduziu novos requisitos em termos de resiliência, segurança, defesa civil e grau de preparação. Durante o meu mandato, o banco interno do Estado atualizou o seu sistema informático. As novas atividades, os sistemas informáticos e as responsabilidades, bem como o défice financeiro inicial, foram financiados na sua totalidade através de poupanças, da gestão do impacto e da racionalização de recursos.

As mudanças ocorridas reforçaram e renovaram a liderança e as atividades da instituição em termos de resultados, intercâmbio de competências, recrutamento, responsabilização e cultura organizacional. Afigurou-se particularmente importante introduzir uma cultura positiva e construtiva que tivesse como bases a colaboração, a análise objetiva, os valores fundamentais da administração central e uma abordagem caracterizada pelo rigor de uma boa gestão dos processos e pelo exercício da autoridade pública. O trabalho traduziu-se, nomeadamente, em avaliações dos inquéritos ao pessoal que o conselho de administração classificou de «inéditas».

O balanço do Riksgälden engloba as finanças de todo o Estado. Esta situação, a par das mudanças consideráveis que foram introduzidas nas atividades da instituição, foi objeto de uma cuidada auditoria. Enquanto responsável pela instituição, tive o prazer de trabalhar em estreita colaboração profissional e troca de conhecimentos com o serviço nacional de auditoria sueco (Riksrevisionen) e com os consultores que participaram na auditoria ao Riksgälden. Além da importância desta auditoria em termos do mandato de base da instituição, o Riksgälden beneficiou também da troca de conhecimentos que teve lugar entre os auditores, os consultores e as respetivas equipas.

2013 - 2017 Diretor-executivo da Returpack Svenska AB

A Returpack é responsável pela reciclagem de latas de alumínio e garrafas PET. Durante o meu mandato, o volume de negócios da empresa foi de cerca de 2 mil milhões de coroas suecas. A Returpack é detida em partes iguais pelo setor retalhista e pelas cervejeiras suecas. Para além das funções habituais de diretor executivo, as minhas tarefas consistiram em contribuir para a estratégia de desenvolvimento da sustentabilidade e da gestão da empresa e em negociar questões e decisões controversas relativas à condução da empresa com os seus detentores.

2013 - 2020 Presidente do conselho de administração, grupo de peritos em economia pública, ESO

O ESO é uma comissão que se encontra sob a alçada do Ministério das Finanças e que tem como função analisar e debater, de forma independente, questões sociais importantes. Esta tarefa é sobretudo levada a cabo graças a decisões do conselho de administração de financiar a elaboração de vários relatórios, os quais são, com frequência, utilizados pelos decisores políticos como fonte de informação qualificada.

2014 - 2015 Membro da comissão para o empreendedorismo

A tarefa inicial da comissão consistiu em analisar, de forma exaustiva, as condições que podem favorecer o empreendedorismo e o emprego. Cerca de um ano depois, o Governo alterou as prioridades da comissão, limitou o seu mandato e demitiu todos os membros.

2006 - 2013 Secretário de Estado do Orçamento junto do Ministro das Finanças, Ministério das Finanças

Durante o meu mandato como secretário de Estado do Orçamento, dediquei-me ativamente à formulação e ao desenvolvimento das políticas económicas e assumi a responsabilidade pela preparação do orçamento do Estado, assim como pela sua negociação nos gabinetes governamentais. Entre os principais aspetos desse trabalho contam-se a elaboração de propostas sobre a forma de reforçar o princípio do «trabalho em primeiro lugar», incluindo modificações a vários regimes de segurança social e de pensões.

Enquanto secretário de Estado do Orçamento, integrei o grupo de líderes partidários responsáveis pela finalização do orçamento. Este trabalho incluiu igualmente a adoção contínua de posições políticas, assim como a preparação de decisões que teriam ou poderiam ter tido implicações para o orçamento. Isto significa que participei na maioria dos trabalhos preparatórios, incluindo a preparação geral com o Governo e com a maior parte dos grupos de trabalho dos gabinetes governamentais. Os trabalhos incluíram a apresentação do orçamento tanto a nível interno como externo, tendo ainda representado o Ministério das Finanças e o Governo em vários contextos.

No Ministério das Finanças, estive também ao serviço como secretário de Estado com funções de coordenação. No âmbito destas funções, presidi ao comité diretor do Ministério e fui responsável pelo planeamento operacional e pela condução do trabalho do Ministério, em colaboração com os diretores dos departamentos.

Enquanto secretário de Estado do Orçamento, acionei e liderei a equipa do Ministério para a gestão de crises, tendo desempenhado um papel central na resposta a várias crises. Esta situação tornou-se particularmente evidente no contexto da crise financeira de 2008/2009, que foi complexa e multifacetada. Este trabalho exigiu, por exemplo, a elaboração célere de um quadro que pudesse orientar a gestão dos bancos em situação de crise, incluindo propostas para uma nova legislação sobre a gestão de crises no setor financeiro. Para a gestão de crises foi também necessário desenvolver vários pacotes de medidas de combate à crise, vocacionados para as regiões e os setores mais gravemente afetados. O apoio a outros países afetados e a resposta internacional à crise foram também elementos fundamentais.

No contexto da UE, o secretário de Estado do Orçamento desempenhou funções equiparáveis a um ministro do Orçamento no seio do Conselho de Ministros relativamente ao orçamento da União. Os trabalhos incluíram a negociação do orçamento anual da UE, tanto no Conselho de Ministros como nas negociações de conciliação com o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia (os «trílogos»), mas também a redação e consolidação da posição da Suécia, a obtenção de um mandato no Parlamento sueco e a comunicação externa sobre estas questões. Ver também «Cargos internacionais», *infra*.

Nos primeiros meses após a mudança de governo em 2006, fui também secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

2003 - 2006 Chefe adjunto dos gabinetes parlamentares do Partido Moderado
Responsável pelos cerca de 15 administradores dos gabinetes, todos licenciados. Durante o período em causa, a política dos Moderados foi objeto de profunda reformulação. O mesmo aconteceu com o pessoal, as competências adquiridas e o posicionamento dos gabinetes parlamentares enquanto polo de mudança. A consolidação interna foi também objeto de trabalho, assim com a realização de apresentações externas.

1997 - 2003 Chefe de divisão (duas divisões diferentes) e diretor-geral adjunto do Banco Central da Suécia (Riksbank).
O trabalho enquanto chefe das divisões de *Análise de preços* e de *Análise macroeconómica* (cerca de 6 e 20 funcionários, respetivamente) implicou a elaboração das previsões do Riksbank para a economia sueca e o desenvolvimento de métodos de trabalho. Enquanto diretor-geral adjunto do departamento de política monetária (com cerca de 50 funcionários), fui responsável pela coordenação do trabalho de previsão e pela definição de orientações para a tomada de decisão relativa à política monetária, assim como para as comunicações do conselho de administração do Riksbank. A título de exemplo, das funções fez também parte a representação do Riksbank em vários contextos externos, assim como a participação em conferências de imprensa.

1995 - 1997 Doutorando e bolseiro, Universidade de Estocolmo
Estudos pós-graduados.

1989 - 1995 Funcionário, Ministério das Finanças
Administrador no Departamento de Economia, responsável pela elaboração de várias análises e previsões relativas à economia sueca. As tarefas realizadas incluíram a descrição das tendências económicas a longo prazo, a redação de avaliações intercalares em conformidade com os estudos a longo prazo e a elaboração de análises e dados para o «grupo de pensões»; todas estas tarefas foram efetuadas com base em vários modelos.

1986 - 1989 Assistente de investigação/administrador, Instituto Nacional de Investigação Económica (Konjunkturinstitutet)
Administrador responsável pela previsão e desenvolvimento metodológico em vários setores da economia sueca.

1985 Primeiro oficial, caça-minas HMS Dämman

1982 Primeiro oficial, caça-minas HMS Norsten

1980 Anfitrião escolar (tempo parcial), escola mista Saltsjöbadens Samskola

1979 - 1980 Carteiro, Estação de correios de Saltsjöbaden 1

Outras responsabilidades

Membro do conselho do índice de preços no consumidor do Instituto Nacional de Estatística da Suécia, como representante do Governo em 1989-1992 e como representante do Riksbank em 1997-1999

Membro do grupo de políticas do Riksbank

Membro do grupo de políticas do Ministério das Finanças

Cargos internacionais

2009 Presidente do Conselho de Ministros ECOFIN/Orçamento durante a Presidência sueca
Os trabalhos incluíram a elaboração da proposta do Conselho de Ministros para o orçamento anual da UE para 2010, o que exigiu a realização de negociações minuciosas com a Comissão Europeia e os Estados-Membros. Em seguida, conduzi as negociações entre o Conselho e o Parlamento Europeu. Além disso, fui responsável pelas comunicações externas sobre o resultado das negociações efetuadas pelo Conselho e das deliberações com o Parlamento Europeu. As tarefas

incluíram também a consolidação das posições e do mandato de negociação no Parlamento sueco.

2006 - 2012 «Ministro» sueco no Conselho de Ministros ECOFIN/Orçamento
O trabalho consistiu em defender, negociar e concretizar a posição da Suécia relativamente ao orçamento anual da UE no Conselho de Ministros, perante a Comissão e o Parlamento Europeu. Fizeram também parte das tarefas a comunicação externa e um esforço contínuo de consolidação no seio do Parlamento sueco.

2013 - 2022 O Riksgälden está representado em vários fóruns internacionais, sobretudo os que estão relacionados com estabilidade financeira.
Participei, entre outros, nos comités de resolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e do Conselho de Estabilidade Financeira (CEF).

Desde 2022 Membro do conselho de administração do Banco Nórdico de Investimento (ver *supra*).

Publicações

2022 *Finansiering av Näringslivets gröna Omställning* [financiamento da transição verde do setor empresarial], relatório, gabinetes governamentais

2010 *Essays on Unemployment and Real Exchange Rates* [ensaios sobre desemprego e taxas de câmbio reais], tese de doutoramento.

2006 *A Simultaneous Model of the Swedish Krona, the US Dollar and the Euro* [um modelo simultâneo da coroa sueca, do dólar americano e do euro], Sveriges Riksbank.

2003 *The Equilibrium Rate of Unemployment and the Real Exchange Rate* [a taxa igualitária de desemprego e a taxa de câmbio real], Sveriges Riksbank.

2003 *Penningpolitiken och UEM* [a política monetária e a UEM], Sveriges Riksbank, editor.

2001 *Wage Effects of Mobility, Unemployment Benefits and Benefit Financing* [efeitos salariais da mobilidade, das prestações de desemprego e do financiamento das prestações], Sveriges Riksbank.

1997 *Persistence in Swedish Unemployment Rates* [persistência das taxas de desemprego suecas], dissertação de licenciatura.

1988 *Två Undersökningar av hushållens konsumtion* [duas sondagens sobre o consumo doméstico], Konjunkturinstitutet [Instituto Nacional de Investigação Económica].

1987 *Hushållens köpkraft, konsumtion och sparande* [poder de compra, consumo e poupança das famílias], Konjunkturinstitutet [Instituto Nacional de Investigação Económica].

Outras atividades

Em paralelo aos estudos, passei vários verões a trabalhar como instrutor de educação de jovens no Sjövärnskåren [corpo naval auxiliar sueco], como operador de telemarketing na IBM e como carteiro. Além disso, fui membro da direção do Sjövärnskåren de Estocolmo [corpo naval auxiliar sueco] e presidente de uma associação de habitação em Estocolmo. Recebi a medalha de prata de mérito da Sjövärnskårernas Riksförbund [associação nacional do corpo naval auxiliar] e a medalha da Sjövärnskåren [corpo naval auxiliar sueco] de Estocolmo.

Em 2019, recebi a medalha NOR (Nit och Redlighet i rikets tjänst [pelo serviço zeloso e devotado ao reino]), por 30 anos ao serviço do Estado.

Em 2023, fui galardoado com a medalha de Sua Majestade o Rei, da Ordem dos Serafins, 12.º grau, por «feitos notáveis no âmbito da administração publica sueca».

Passo os meus tempos livres na companhia da minha família e amigos, no arquipélago de Estocolmo, onde tenho a minha casa de verão, a andar de barco, a viajar e a explorar a natureza.

Vivo com a minha companheira e tenho duas filhas adultas de um casamento anterior.

ANEXO 2: RESPOSTAS DE HANS LINDBLAD AO QUESTIONÁRIO

Questionário para os candidatos a membro do Tribunal de Contas

Experiência profissional

1. **Indique a sua experiência profissional no domínio das finanças públicas, quer no domínio do planeamento orçamental, da execução e da gestão do orçamento, quer no controlo ou na auditoria orçamental.**

Resposta: Tenho mais de 30 anos de experiência enquanto funcionário da administração pública. Desempenhei os cargos de, por exemplo:

- ***Diretor-Geral do Serviço de Dívida Pública da Suécia (Riksgälden) e chefe do Serviço de Dívida Pública da Suécia (Riksgäldskontoret) durante nove anos.***

O diretor-geral do Riksgälden é o chefe do Riksgäldskontoret (Riksgälden), que, quando saí, contava com cerca de 230 funcionários. As quatro principais responsabilidades do Riksgälden consistem em funcionar como banco interno do Estado (cerca de 200 milhões de pagamentos por ano, ou seja, aproximadamente 7 000 mil milhões de coroas suecas), conceder garantias e créditos em nome do Estado, gerir a dívida pública e assegurar a estabilidade financeira. Este último objetivo é alcançado, nomeadamente, através da ação enquanto autoridade de resolução nacional; neste âmbito, define requisitos para o capital e a dívida dos bancos e assume responsabilidade pela gestão dos bancos em situação de crise provocada por incumprimento, assim como pela gestão da garantia de depósitos. Além disso, o Riksgälden é responsável por garantir o financiamento da gestão e eliminação do combustível irradiado. O Riksgälden participa em vários fóruns internacionais, relacionados, sobretudo, com conceção de sistemas de pagamento e estabilidade financeira.

Durante o meu mandato como diretor-geral, o Riksgälden sofreu várias mudanças estratégicas e operacionais, em parte devido ao alargamento do seu mandato, em várias direções diferentes, por parte do Governo. A mudança mais significativa consistiu na criação da autoridade de resolução de crises da Suécia, que passou a fazer parte do Riksgälden, tendo em vista a prevenção de crises e, se necessário, a gestão de bancos em situação de crise, bem como a gestão da garantia de depósitos. O Riksgälden foi também incumbido de tarefas especiais durante a pandemia de COVID-19, com vista a reduzir os encargos para as empresas e evitar a perda de postos de trabalho. Em 2018, o Governo transferiu para o Riksgälden a responsabilidade de garantir o financiamento da gestão e eliminação de resíduos nucleares da autoridade sueca para a segurança radiológica. As mudanças introduzidas nas atividades da autoridade implicaram a atualização e o reforço da sua visão, dos seus objetivos estratégicos, da sua capacidade analítica e das suas prioridades. A designação do Riksgälden como autoridade para as situações de emergência foi outro aspeto importante, que introduziu novos requisitos em termos de resiliência, segurança, defesa civil e prontidão. Durante o meu mandato, o banco interno do Estado atualizou o seu sistema informático. As novas atividades, os sistemas informáticos e as responsabilidades, bem como o défice financeiro inicial,

foram inteiramente financiados graças à gestão do impacto e a medidas de racionalização.

As mudanças ocorridas reforçaram e renovaram a liderança e as atividades da instituição em termos de resultados, intercâmbio de competências, recrutamento, mão de obra e cultura. Afigurou-se particularmente importante introduzir uma cultura positiva e construtiva que tivesse como bases a colaboração, a análise objetiva, os valores fundamentais da administração central e uma abordagem caracterizada pela exigência de rigor essencial para alcançar a solidez e a eficácia no âmbito da administração, da gestão de processos e do exercício da autoridade pública.

- ***Secretário de Estado (Secretário de Estado do Orçamento), responsável pelo orçamento de Estado durante seis anos, assim como pela elaboração e negociação do orçamento da UE em nome da Suécia.***

Enquanto secretário de Estado do Orçamento, coube-me ser o assessor mais próximo do Ministro das Finanças. Nessa qualidade, dediquei-me ativamente à formulação e ao desenvolvimento das políticas económicas e assumi a responsabilidade pela preparação do orçamento do Estado e da sua negociação nos gabinetes governamentais.

Durante o meu mandato como secretário de Estado do Orçamento integrei o grupo de líderes partidários (governo pluripartidário) responsáveis pela finalização do orçamento. Este trabalho incluiu igualmente a adoção contínua de posições políticas, assim como a preparação de decisões que teriam ou poderiam ter tido implicações para o orçamento. Os trabalhos incluíram a apresentação do orçamento tanto a nível interno como externo e a representação do Ministério das Finanças e do Governo em vários contextos.

No Ministério das Finanças, estive também ao serviço como secretário de Estado com funções de coordenação. Estas funções implicavam, nomeadamente, presidir ao comité diretor do Ministério, assumir responsabilidade pelo planeamento operacional e, em colaboração com os diretores dos departamentos, dirigir os trabalhos no seio do Ministério.

O secretário de Estado do Orçamento foi responsável pela mobilização e liderança da equipa do Ministério para a gestão de crises, desenvolvendo assim um papel central na resposta a várias crises. Este papel tornou-se particularmente evidente no contexto da crise financeira de 2008/2009, que foi complexa e multifacetada. Este trabalho exigiu, por exemplo, a elaboração expedita de um quadro que pudesse orientar a gestão dos bancos em situação de crise, incluindo propostas para uma nova legislação sobre a gestão de crises no setor financeiro. Para a gestão de crises foi também necessário desenvolver vários pacotes de medidas de combate à crise, para as regiões e os setores mais gravemente afetados. O apoio a outros países afetados e a resposta internacional à crise foram também elementos importantes.

No contexto da UE, o secretário de Estado do Orçamento desempenhou funções equiparáveis a um ministro, no seio do Conselho de Ministros, relativamente ao orçamento da União (ECOFIN/Orçamento). Os trabalhos incluíram a negociação do

orçamento anual da UE, tanto no Conselho de Ministros como nas negociações de conciliação com o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia (os «trílogos»). Consistiram igualmente na redação e consolidação da posição da Suécia, na obtenção de um mandato no Parlamento sueco e na comunicação externa sobre estas questões.

- ***Chefe de divisão e diretor-geral adjunto do Banco Central da Suécia (Sveriges Riksbank) durante seis anos no total.***

  Enquanto diretor-geral adjunto do departamento de política monetária, fui responsável pela coordenação do trabalho de previsão e pela definição de orientações para a tomada de decisão relativa à política monetária, assim como para as comunicações do conselho de administração do Riksbank. O trabalho consistiu também em representar o Riksbank em diversos contextos externos.

- ***Presidente ou diretor executivo:***
  - *Grupo de peritos em economia pública (ESO) (oito anos). O ESO é uma comissão que se encontra sob a alçada do Ministério das Finanças e que tem como função analisar e debater, de forma independente, questões sociais importantes. Para tal, o conselho de administração decide financiar a elaboração de vários relatórios, os quais são, com frequência, utilizados pelos decisores políticos como fonte de informação qualificada.*
  - *Comité de resolução (seis anos). Ajudei a constituir esta nova autoridade a partir do zero e fui responsável por definir operações e constituir processos e procedimentos.*
  - *University West (um ano e meio).*

- ***Membro do conselho de administração:***
  - *Instituto de emprego da Suécia (oito anos). Durante o meu mandato, foi realizado um trabalho exaustivo com vista a garantir, entre outros, a conformidade dos processos, a adequação dos procedimentos de contratação e a monitorização eficaz de objetivos e do desempenho. Ao longo do tempo, os esforços concentraram-se na promoção de alterações fundamentais à estrutura, à cultura interna e à organização da instituição. A digitalização e a avaliação do impacto dos investimentos em TI foram elementos fundamentais na busca de uma maior eficiência. Durante este período, o meu principal contributo foi o de manter a tónica na concretização de objetivos, nos resultados e na governação e controlo internos.*
  - *Serviço de Dívida Pública da Suécia (nove anos) (cf. supra).*
  - *Agência sueca de seleção de fundos (em curso). Trata-se de uma nova agência, na qual estou implicado enquanto responsável pelo seu processo de constituição. O seu papel consiste em criar um mercado no qual os aforradores suecos possam escolher entre fundos selecionados para investirem parte das suas contribuições obrigatórias em matéria de pensões.*

- *Banco Nórdico de Investimento (em curso).*

- ***Presidente da comissão para a produtividade*** *(comissão oficial de inquérito) (em curso).*

- ***Relator****; responsável por uma comissão oficial de inquérito sobre o papel do Estado no financiamento da transição verde (quatro meses).*

  Nas minhas diversas funções, o meu trabalho caracterizou-se pela eficiência, pela produtividade, pela assunção de responsabilidades de planeamento, execução e acompanhamento de orçamentos e operações, bem como pela obrigação de prestar de contas. Também envidei esforços consideráveis para desenvolver análises de risco, orientar o trabalho das autoridades para os resultados e reforçar a governação e o controlo. Procurei também fomentar uma cultura de gestão sólida. Em todas estas atividades, fiz questão de salientar o importante papel dos auditores internos e de salvaguardar a cooperação com os auditores externos, incluindo com o serviço nacional de auditoria. A minha experiência mostrou-me que a colaboração estreita e eficaz entre a vertente operacional e a vertente da auditoria é necessária, estimulante, formativa e importante, e disto estou profundamente convicto. A análise minuciosa das operações, levada a cabo pelas partes interessadas, sejam estas internas ou externas, dá azo, com frequência, a descobertas e orientações que permitem melhorar o trabalho realizado e os métodos aplicados.

2. Quais foram os feitos mais notáveis da sua carreira profissional?

Resposta:

a) O desenvolvimento e a concretização de medidas relacionadas com o «princípio do trabalho em primeiro lugar», entre 2006 e 2012. Nessa altura, a Suécia enfrentava grandes problemas, com uma elevada percentagem da população em idade ativa que não trabalhava por diversas razões. Sucintamente, o princípio do «trabalho em primeiro lugar» implicou a realização de uma série de reformas estruturais abrangentes, cujos elementos mais importantes foram a redução do imposto sobre o rendimento para as pessoas que trabalhavam e o reforço dos vários regimes de segurança social, incluindo do seguro de desemprego, para as pessoas que não trabalhavam. O objetivo foi estimular o emprego, e o resultado foi positivo. De acordo com investigadores independentes, as decisões tomadas contribuíram para reduzir o desemprego de longa duração em 1,5 a 2 pontos percentuais.

b) Gestão de crises no contexto da crise financeira de 2008/2009 e da pandemia de 2020/2021.

Durante a crise financeira, fui secretário de Estado e, sob a minha liderança, foi desenvolvido um novo quadro para lidar com os bancos em situação de crise, em tempo real, à medida que a crise financeira se desenrolava. O principal objetivo do quadro e das nossas ações foi salvaguardar a estabilidade financeira e as finanças públicas e, assim, proteger os contribuintes. Além disso, foram realizadas reformas estruturais para evitar a exclusão do trabalho e do capital humano, o que permitiu garantir a estabilidade financeira, manter a solidez das finanças públicas e a oferta de mão de obra, enquanto o desemprego subiu apenas ligeiramente.

Durante a pandemia, fui diretor do serviço de dívida pública da Suécia. O meu trabalho consistiu em garantir, num curto espaço de tempo, que o governo pudesse efetuar os seus

pagamentos sem descontinuidades, gerir a dívida nacional e emitir várias garantias às empresas em situação de crise, assim como, juntamente com o Riksbank, garantir a estabilidade financeira. Também lançámos as bases para fazer injeções significativas de capital nas empresas que estavam em situação de crise, uma medida a que não tivemos de recorrer. A gestão de crises exigiu o desenvolvimento de novas formas de trabalho e desencadeou a necessidade de novas tarefas, a criação de locais de trabalho paralelos para alguns grupos fundamentais e a possibilidade de a grande maioria das pessoas trabalhar a partir de casa. A flexibilidade, a par da manutenção e da salvaguarda da governação e do controlo, foi uma característica fundamental da gestão de crises. Coube-me também, enquanto responsável, apoiar e tranquilizar o meu pessoal numa altura de grande turbulência.

c) Aumento da produtividade e melhoria do desempenho do Serviço da Dívida Pública da Suécia. Para o conseguir, foi necessário desenvolver uma análise de risco adequada à situação e melhorar e reforçar a governação e o controlo, com maior ênfase nos resultados e na formação de uma cultura de gestão sólida. Em consequência, foram realizadas poupanças importantes, o desempenho do serviço foi melhorado, a governação e o controlo reforçados, e o seu mandato foi alargado pelo Governo.

d) Combate a 12 casos de «suborno e corrupção» e de assédio, assim como reforço da governação e do controlo internos. Este trabalho implicou a concretização de uma grande mudança na cultura do Serviço de Dívida Pública. O Serviço de Dívida Pública começou por concentrar a sua atenção em suspeitas de suborno relacionadas com uma série de cursos ministrados no exterior. Decidi apresentar queixa contra 12 membros do pessoal e dar a conhecer os factos. Os funcionários do Serviço de Dívida Pública não foram, de modo algum, os únicos a ter um comportamento incorreto, e a transparência com que o Serviço tratou a questão teve repercussões em todo o setor público sueco.

e) O trabalho acima referido trouxe ordem e clareza, satisfação com o trabalho e confiança, e pode ser resumido de diferentes maneiras, uma das quais evidenciada pelo último inquérito ao pessoal do Serviço de Dívida Pública, relativo à minha pessoa e ao período em que desempenhei funções. O conselho de administração qualificou o resultado de «inédito».

3. Que experiência profissional adquiriu ao nível de organizações ou instituições internacionais de índole multicultural e multilingue, sediadas fora do seu país de origem?

Resposta:

a) Fui representante da Suécia no Conselho de Ministros do ECOFIN/Orçamento durante um pouco mais de seis anos, incluindo seis meses como Presidente (em 2009). As funções incluíram a negociação nos trílogos com o Parlamento Europeu e a Comissão, bem como a apresentação e a defesa das propostas do Conselho no Parlamento Europeu;

b) Fui membro dos comités de resolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e do Conselho de Estabilidade Financeira (CEF) durante nove anos. O mandato desses comités inclui a apresentação e a negociação de propostas, bem como a aplicação e o acompanhamento de vários regulamentos e requisitos aplicáveis às instituições financeiras;

c) Sou membro do conselho de administração do Banco Nórdico de Investimento há dois anos. A principal função do conselho de administração consiste em assegurar uma boa governação e controlo, regular a assunção de riscos e avaliar e decidir sobre

investimentos em projetos adequados.

4. Foi-lhe concedida quitação pelo exercício das funções de gestão anteriormente desempenhadas, caso esse procedimento se lhe aplique?

Resposta: Sempre

5. Quais dos seus anteriores cargos profissionais resultaram de uma nomeação política?

Resposta:

a) Chefe adjunto dos gabinetes parlamentares do Partido Moderado; três anos (2003 – 2006).

b) Secretário de Estado adjunto e das Finanças um pouco mais de seis anos (2006 – 2013).

6. Quais foram as três decisões mais importantes em que participou ao longo da sua vida profissional?

Resposta:

a) Execução das medidas decorrentes do princípio do «trabalho em primeiro lugar», tal como explicitado na resposta à questão 2 supra.

b) Conceção de políticas económicas adequadas, e decisões a elas relativas, e desenvolvimento de quadros de gestão de crises (ver supra), tanto durante a crise financeira de 2008/2009 como durante a pandemia de 2020/2021. Além disso, a tomada de decisões respeitantes à gestão prática de crises.

c) Apresentação de queixa em casos de suspeita de «suborno e corrupção» no Serviço de Dívida Pública. Ver igualmente a resposta à pergunta 2. Este processo, que aconteceu sob a minha liderança, deu azo a uma importante mudança cultural (ver supra). Muitas entidades foram obrigadas a fazer o mesmo depois e, no final, muitos funcionários públicos foram condenados por crimes de suborno. Ocorreu também um reforço da governação, do controlo e da orientação para os resultados no instituto do emprego e no Serviço Nacional de Dívida.

Independência

7. O Tratado estabelece que os membros do Tribunal de Contas exerçam as suas funções com total independência. Como pensa cumprir esta obrigação no desempenho das funções em que poderá vir a ser investido?

Resposta: Independência, integridade, objetividade, transparência e profissionalismo são os princípios fundamentais que subjazem à credibilidade do Tribunal. Caso seja nomeado, respeitarei as regras e os princípios estabelecidos na lei e nas orientações do Tribunal de Justiça, entre outros, renunciarei a outras funções, terei tolerância zero nas relações com o exterior quanto a influências, presentes, divertimentos, entre outros; e isto farei com total integridade. A minha forma de abordar o cargo será determinada pelos princípios fundamentais. Não solicitarei nem aceitarei instruções de ninguém. Não terei qualquer dificuldade em permanecer totalmente neutro, independentemente da pessoa ou da matéria em escrutínio. Na minha conduta pessoal, procurarei dar o exemplo. Na minha vida profissional, o cliente final sempre foi o cidadão. Agora, a minha atenção será orientada para os melhores interesses dos cidadãos da UE.

8. Possui, ou possuem os seus familiares próximos (pais, irmãos ou irmãs, cônjuge e

filhos), posições comerciais ou financeiras ou quaisquer outros compromissos que possam ser incompatíveis com as suas futuras funções?

Resposta: NÃO

9. Está disposto a revelar todos os seus interesses financeiros, ou quaisquer outros compromissos, ao presidente do Tribunal de Contas, e a divulgá-los publicamente?

Resposta: SIM

10. Está atualmente envolvido em qualquer processo judicial? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: NÃO

11. Desempenha qualquer atividade ou papel executivo na política? Em caso afirmativo, a que nível? Ocupou algum cargo político durante os últimos 18 meses? Em caso afirmativo, especifique.

Resposta: NÃO

12. Está disposto a demitir-se de um cargo para o qual tenha sido eleito ou a abandonar uma função ativa de responsabilidade num partido político se for nomeado membro do Tribunal de Contas?

Resposta: SIM

13. Como abordaria uma grave irregularidade ou um caso de fraude e/ou corrupção em que estivessem implicadas pessoas do seu Estado-Membro de origem?

Resposta: Trataria de denunciar o ocorrido e intentar uma ação judicial, da forma prescrita e estabelecida, independentemente da pessoa ou da matéria em escrutínio. Tenho experiência relevante. Ver pergunta 2 supra.

Desempenho das funções

14. Quais deverão ser as principais características de uma cultura de boa gestão financeira em qualquer serviço público? Como poderia o TCE contribuir para a sua execução?

Em termos globais, nas respostas às perguntas que se seguem, seria presunçoso da minha parte analisar as diferentes formas de trabalho e de cooperação sem ter experiência pessoal neste domínio. De uma forma geral, antes de tirar conclusões procuro formar a minha própria opinião. Isto não significa, porém, que seja ingénuo ou não esteja preparado; de facto, é frequente fazer uma recolha prévia de informações.

Resposta: Uma cultura de gestão sólida caracteriza-se pela competência, pela organização, pela eficiência, pela abertura, pela transparência e pela comunicação. Caracteriza-se igualmente pela existência de uma análise e avaliação exaustivas e estruturadas dos riscos, assim como pela existência de acompanhamento, de um ambiente controlado, com sistemas de regulação internos e externos, de monitorização e de responsabilização. Para tudo isto, são necessárias uma boa liderança e uma abordagem profissional e independente. Numa cultura de gestão transparente e sólida, é natural que os interesses dos cidadãos estejam sempre no centro. Trata-se de uma cultura caracterizada, nomeadamente, pela legalidade, pela objetividade, pelo profissionalismo, pela prudência quanto à utilização do dinheiro de outrem e por uma

abordagem prudente relativamente à gestão de fundos. Para tal, é necessário salvaguardar a eficiência e a eficácia, entre outras coisas.

15. Nos termos do Tratado, o Tribunal de Contas assiste o Parlamento Europeu no exercício da respetiva função de controlo da execução do orçamento. Como tencionaria melhorar a cooperação entre o Tribunal de Contas e o Parlamento Europeu (em especial, a Comissão do Controlo Orçamental), a fim de reforçar tanto a supervisão pública como a relação custo-benefício da despesa geral?

Resposta:

Empenhar-me-ei em concretizar uma cooperação eficaz, com base, nomeadamente, num elevado nível de transparência e profissionalismo, num elevado grau de confiança mútua e no respeito e compreensão mútuos pelos nossos diferentes papéis. Naturalmente, existe a expectativa de que os relatórios elaborados e os trabalhos realizados tenham impacto, o qual, por sua vez, depende da forma como o Parlamento dá seguimento aos relatórios e recomendações. Assim, é meu objetivo que os relatórios do Tribunal tenham um nível elevado de relevância e de qualidade, de modo a facilitar o acompanhamento por parte do Parlamento e o trabalho da Comissão (ver também infra).

16. Qual é, em seu entender, o valor acrescentado da auditoria de resultados e de que forma devem as respetivas conclusões ser incorporadas nos procedimentos de gestão?

Resposta: Uma auditoria de resultados conduzida em moldes adequados é importante para garantir a eficácia na utilização dos fundos bem como, em última análise, a confiança dos cidadãos. Além disso, na minha experiência, uma entidade auditada pode, em muitos casos, aprender muito com uma auditoria de resultados bem realizada. As conclusões retiradas de auditorias de desempenho foram para mim, por diversas vezes, fontes de aprendizagem, enquanto diretor de uma instituição ou membro do conselho de administração de instituições e empresas. Tenho tido oportunidade de aplicar estas experiências e conhecimentos, nomeadamente na gestão de instituições, com vista a introduzir melhorias.

17. Como poderá ser melhorada a cooperação entre o Tribunal de Contas, as instituições de fiscalização nacionais e o Parlamento Europeu (Comissão do Controlo Orçamental) no que diz respeito à auditoria do orçamento da União?

Resposta: Reportando-me ao princípio global que expus anteriormente, considero fundamental existir uma troca de informações eficaz, estruturada e transparente, uma grande compreensão das necessidades de cada uma das partes, bem como eficácia nas formas de cooperação. É um trabalho de parceria, que eu pretendo defender!

18. Como desenvolveria mais a apresentação de relatórios pelo Tribunal de Contas Europeu, a fim de dar ao Parlamento Europeu todas as informações necessárias sobre a exatidão dos dados fornecidos pelos Estados-Membros à Comissão Europeia?

Resposta: De um modo geral, a apresentação de relatórios deve ter como base o desenvolvimento e o diálogo contínuos e o Tribunal deve garantir que o Parlamento Europeu (e o Conselho) recebe informações pertinentes, com carácter prático e instrutivo. Uma dimensão fundamental desta abordagem consiste em desenvolver constantemente a utilidade das observações e recomendações do Tribunal, ou seja, em garantir que as mesmas possam ser aplicadas e monitorizadas. Isto é também do interesse do cliente final – os cidadãos.

Outras questões

19. Retirará a sua candidatura caso o parecer do Parlamento Europeu sobre a sua nomeação como membro do Tribunal de Contas seja desfavorável?

Resposta: SIM. Para mim, a confiança, o respeito e a convicção do Parlamento quanto às minhas capacidades são fundamentais. Visto que uma cooperação proveitosa, assente na confiança, entre o Tribunal e o Parlamento, é fundamental, considero que seria para mim difícil desempenhar devidamente as minhas funções se a minha candidatura não granjeasse apoio e confiança nas minhas capacidades. Em tais circunstâncias, trataria de a retirar.